ISSN: 2358-8829

FRANCISCO DIAS COELHO, O PRIMEIRO CORONEL NEGRO DA BAHIA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, TERRITÓRIO E CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO NO DISTRITO DE DIAS COELHO

Raquel Ferreira Roberto Lima [1]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga a articulação entre território, memória, patrimônio e relações étnico-raciais na educação básica, tomando o espaço vivido como matriz pedagógica para o cumprimento qualitativo da Lei nº 10.639/2003. O estudo toma como objeto as ações de Educação Patrimonial promovidas pela Escola Municipal João Henrique de Santana, situada no Distrito de Dias Coelho, no município de Morro do Chapéu, Bahia, voltadas à valorização da história e da memória local. A localidade possui uma profunda importância histórico-cultural para a Chapada Diamantina[2], marcada de forma indelével pelo marco temporal de 23 de maio de 1935, data em que o Decreto Estadual nº 9.534 determinou oficialmente a alteração de sua denominação original de Distrito de Paz de Brejinho para Distrito de Distrito de Dias Coelho, homenageando a memória de Francisco Dias Coelho. Teoricamente, o trabalho fundamenta-se na premissa de que o território não constitui apenas um cenário físico e passivo para as práticas de ensino, mas sim um rico documento material, um problema social e um objeto ativo de investigação científica escolar, capaz de suscitar ricas discussões sobre as relações de poder, raça e economia.

A justificativa para esta investigação reside na necessidade ética e política de combater o apagamento histórico de lideranças negras regionais e de superar currículos escolares de caráter eurocêntrico e abstrato. Diante desse desafio, o objetivo central desta pesquisa é analisar as contribuições de um projeto de Educação Patrimonial voltado à investigação da história local e do pertencimento, tomando a toponímia do distrito e a

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV – Jacobina, BA. E-mail: raqueldirecaoescolar@gmail.com ;

[2] A Chapada Diamantina é uma região serrana localizada no centro do estado da Bahia, caracterizada por sua rica formação geológica e histórica. No contexto deste estudo, destaca-se o seu papel durante o ciclo da exploração de diamantes e carbonatos nos séculos XIX e XX, cujo apogeu e subsequente declínio socioeconômico deixaram marcas materiais e ruínas arqueológicas na Vila do Ventura (Morro do Chapéu), tomadas aqui como patrimônio e objeto de investigação pedagógica.

trajetória do Coronel Francisco Dias Coelho como eixos para o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes. Metodologicamente, a investigação filia-se à abordagem qualitativa sob os pressupostos da pesquisa-ação, estruturando-se no formato de um relato de experiência pedagógica desenvolvido em cinco momentos integrados: a problematização territorial inicial sobre o nome do distrito; a aula de campo investigativa nas ruínas e vestígios da Vila do Ventura; o confronto analítico das fontes documentais de 1935, como o Decreto Estadual e o jornal *Correio do Sertão*[3]; o aprofundamento interdisciplinar; e a socialização dos saberes em uma Mostra pedagógica comunitária destinada às famílias.

Os resultados obtidos revelam que a intervenção metodológica promoveu uma ruptura epistemológica no cotidiano escolar, permitindo que os estudantes realizassem uma leitura crítica das rugosidades da paisagem da Vila do Ventura e compreendessem que as construções históricas e a mudança toponímica do distrito foram frutos de complexas disputas de memória. Os dados empíricos demonstram que os discentes deixaram a posição de receptores passivos para atuarem como coautores e produtores ativos de conhecimento, formulando perguntas e decifrando vestígios de seu próprio espaço vivido. Conclui-se que o resgate e a valorização da memória de Francisco Dias Coelho, articulados à educação patrimonial prática, constituem estratégias altamente eficientes para a desconstrução de silenciamentos raciais estruturais, fortalecendo a autoestima, a representatividade e os laços de pertencimento de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A experiência foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, considerando o território, as experiências dos estudantes, suas percepções e os conhecimentos produzidos ao longo das atividades pedagógicas. Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita compreender significados, relações, valores e experiências construídos pelos sujeitos em seus contextos sociais. Nesse sentido, a abordagem adotada

[3] O *Correio do Sertão* foi um importante semanário de circulação local e regional fundado em 15 de julho de 1917 no município de Morro do Chapéu, Bahia, sendo atualmente o segundo jornal mais antigo em circulação no estado. O periódico figura como um rico registro da memória e da história política, social e econômica da Chapada Diamantina na primeira metade do século XX, constituindo-se como patrimônio histórico e cultural analisado de forma textual ao longo deste estudo.

permitiu acompanhar os processos de aprendizagem e as relações estabelecidas pelos estudantes com a história, a memória, o patrimônio e o território em que vivem.

O percurso metodológico foi organizado a partir da pesquisa-ação, compreendida como um processo que articula investigação e intervenção em uma realidade concreta, envolvendo os participantes no desenvolvimento das ações e na reflexão sobre a experiência (Thiollent, 2011). No projeto, essa perspectiva materializou-se na construção de um percurso pedagógico iniciado no território vivido dos estudantes e desenvolvido por meio de atividades de investigação histórica, aula de campo, análise de fontes, atividades interdisciplinares e sistematização das aprendizagens.

A experiência pedagógica foi sistematizada na perspectiva do relato de experiência, compreendido como uma modalidade de produção de conhecimento que articula a descrição da intervenção ao embasamento científico e à reflexão crítica sobre a prática (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Assim, não se buscou apenas registrar as atividades desenvolvidas, mas organizar e analisar os processos vivenciados pelos estudantes e os conhecimentos produzidos durante o percurso.

O desenvolvimento das atividades foi organizado em cinco momentos. O primeiro foi destinado à aproximação dos estudantes com o território de Dias Coelho, por meio de rodas de conversa, observação de imagens, levantamento de conhecimentos prévios e compartilhamento de memórias, histórias familiares e conhecimentos relacionados a Francisco Dias Coelho e à Vila do Ventura. As questões levantadas pelos estudantes mobilizaram a investigação, possibilitando problematizar conhecimentos naturalizados sobre o território, sua denominação, sua história e os sujeitos que participam da construção de sua memória.

O segundo momento correspondeu à aula de campo na Vila do Ventura, concebida como experiência de Educação Patrimonial e de investigação do território. A partir da questão orientadora “O que este lugar nos conta?”, os estudantes foram convidados a observar a paisagem, identificar marcas do passado, reconhecer vestígios, formular perguntas e registrar suas percepções por meio de desenhos, fotografias, anotações, relatos e observações, de acordo com as possibilidades de cada etapa de ensino. A experiência de campo buscou deslocar a relação com o patrimônio de uma perspectiva meramente contemplativa para uma postura investigativa, considerando os vestígios materiais e culturais como possibilidades de leitura da história. Nesse processo, as marcas presentes na paisagem foram tomadas como elementos capazes de suscitar questões sobre

trabalho, mineração, circulação de riquezas, organização social, transformações econômicas e formação territorial. A experiência de campo constituiu, assim, um momento de estranhamento e problematização daquilo que poderia ser percebido apenas como parte da paisagem cotidiana ou como ruína, transformando a observação em possibilidade de investigação histórica.

O terceiro momento foi destinado à investigação das fontes históricas relacionadas à formação do Distrito de Dias Coelho e à mudança de sua denominação de Brejinho para Dias Coelho. Foram utilizadas como fontes principais o Decreto nº 9.534, de 23 de maio de 1935, publicado no *Diário Oficial do Estado da Bahia*, e a edição do *Correio do Sertão* de 21 de julho de 1935. A partir das questões produzidas durante a experiência de campo, os estudantes realizaram leitura, observação e interpretação das fontes, buscando compreender a história do território e a trajetória de Francisco Dias Coelho. O confronto entre a fonte oficial e a jornalística possibilitou problematizar autoria, finalidade, linguagem e diferentes perspectivas sobre um mesmo acontecimento, favorecendo uma leitura crítica das narrativas sobre a história local.

O quarto momento correspondeu ao aprofundamento interdisciplinar, articulando História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Artes em diferentes formas de leitura e representação do território. Foram desenvolvidas atividades de produção textual, entrevistas, relatos, análise de dados, construção de mapas, representação da paisagem e do patrimônio, registros fotográficos e produções artísticas. As atividades ampliaram as questões produzidas no contato com o território e com as fontes, problematizando relações entre território, memória, economia, trabalho, ambiente, cultura e relações étnico-raciais.

O quinto momento foi destinado à sistematização e socialização das aprendizagens. Os estudantes produziram textos, relatos, poemas, cordéis, mapas, linhas do tempo, gráficos, maquetes, fotografias, vídeos, podcasts e documentários, sistematizando descobertas, questionamentos e interpretações construídas ao longo do percurso. As produções foram socializadas em uma Mostra destinada às famílias, constituindo espaço de compartilhamento dos conhecimentos produzidos e de aproximação entre escola, estudantes, famílias e memória local.

Desse modo, os cinco momentos foram concebidos como partes articuladas de um percurso investigativo que se inicia na experiência cotidiana dos estudantes, passa pela problematização do território, amplia-se pela observação da paisagem e pela experiência

de campo, aprofunda-se mediante o confronto com fontes históricas e diferentes áreas do conhecimento e culmina na sistematização e socialização das interpretações construídas. A sequência foi organizada como um movimento de aproximação, estranhamento, questionamento, investigação, interpretação e produção de conhecimento, no qual o território deixa de ocupar a posição de cenário e passa a constituir fonte, problema e objeto de investigação. Nesse processo, os estudantes participam da construção do conhecimento ao formular perguntas, observar vestígios, confrontar fontes, interpretar informações e produzir diferentes formas de representação do lugar onde vivem, problematizando como a história de Dias Coelho e da Vila do Ventura foi construída, quais sujeitos foram lembrados e de que maneira essas memórias podem produzir novos sentidos de pertencimento.

Os registros que fundamentam este relato de experiência foram produzidos ao longo do percurso pedagógico por meio do diário de campo da gestora-pesquisadora, das produções escritas e artísticas dos estudantes e dos registros fotográficos das atividades. Quanto aos aspectos éticos, foram observados os procedimentos de autorização para participação dos estudantes e utilização de suas produções e imagens, conforme os documentos de consentimento obtidos junto aos responsáveis legais. A identificação dos participantes será preservada na apresentação dos registros e na divulgação dos resultados, observando-se as normas éticas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o Distrito de Dias Coelho como espaço educativo implica superar a ideia de território como simples cenário onde os acontecimentos históricos ocorrem. Para Milton Santos (2012), o espaço geográfico constitui-se pela relação indissociável entre objetos e ações, sendo produzido e transformado pelas relações sociais ao longo do tempo. Nas palavras do autor, trata-se de “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2012, p. 39). Nessa perspectiva, o território é compreendido como espaço historicamente produzido, constituído pelas relações econômicas, políticas, sociais e culturais que atribuem sentidos ao espaço vivido.

ISSN: 2358-8829

A compreensão do território como território usado permite ultrapassar sua dimensão exclusivamente geográfica e administrativa. Para Santos (2012, p. 229), é necessário considerar "o território e seu uso, num momento dado", articulando as formas materiais às normas e às ações sociais que orientam sua apropriação. No contexto desta pesquisa, essa perspectiva permite compreender Dias Coelho não apenas como o lugar onde a escola está inserida, mas como parte do próprio objeto de conhecimento, produzido por processos históricos e pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço.

A mudança do nome de Brejinho para Dias Coelho, ocorrida em 1935, constitui uma expressão dessa relação entre território, história e memória. O Decreto Estadual nº 9.534, de 23 de maio de 1935, determinou oficialmente a alteração da denominação, enquanto matéria publicada pelo *Correio do Sertão*, em 21 de julho do mesmo ano, apresentou a mudança como homenagem à memória de Francisco Dias Coelho. A alteração do nome, portanto, não é tomada como simples procedimento administrativo, mas como forma de inscrição da história no território, mantendo no cotidiano da comunidade uma referência a um personagem de significativa atuação econômica e política na Chapada Diamantina.

Essa dimensão da memória pode ser problematizada a partir de Nora (1993), para quem os lugares de memória surgem diante do enfraquecimento da memória espontânea e da necessidade de produzir suportes capazes de conservar determinadas referências do passado. Para o autor, "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea" (Nora, 1993, p. 13). A denominação Dias Coelho pode, assim, ser compreendida como uma marca territorial que mantém determinada referência histórica presente na vida cotidiana. Entretanto, sua investigação não pressupõe uma memória única ou consensual, mas permite questionar quais sujeitos são lembrados, de que maneira são lembrados e quais processos históricos contribuíram para que determinadas memórias fossem incorporadas ao território.

Essa problematização conduz à trajetória de Francisco Dias Coelho, cuja compreensão exige ultrapassar uma narrativa exclusivamente biográfica ou celebratória. Sampaio (2017) situa sua trajetória nas transformações econômicas e políticas da Chapada Diamantina, demonstrando que sua ascensão esteve relacionada às transformações produzidas pelo comércio de pedras preciosas e pelo carbonato, que possibilitaram a emergência de novos grupos econômicos e políticos, entre eles negros e mestiços que passaram a ocupar espaços anteriormente associados às elites tradicionais.

ISSN: 2358-8829

A dimensão racial é fundamental para essa interpretação, pois, conforme afirma Sampaio, “poder e raça estavam ligados, mas não dependentes” (Sampaio, 2017, p. 280). Sua trajetória permite, portanto, tensionar interpretações simplificadas sobre o coronelismo baiano e compreendê-lo como sujeito histórico negro inserido em relações concretas de raça, economia e poder.

A discussão territorial amplia-se na investigação da Vila do Ventura, cuja paisagem é compreendida como resultado de processos históricos acumulados. Para Santos (2012, p. 61), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Por isso, a paisagem não corresponde a uma realidade estática, sendo “transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (Santos, 2012, p. 62). Nessa sobreposição de temporalidades, as ruínas e demais vestígios relacionados à extração de carbonato e ao garimpo podem ser compreendidos a partir do conceito de rugosidade: “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (Santos, 2012, p. 92). Assim, a paisagem da Vila do Ventura constitui fonte para investigar diferentes temporalidades, relações de trabalho, processos econômicos e transformações territoriais.

É nesse sentido que a Educação Patrimonial se articula à investigação do território. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático que toma o patrimônio cultural como fonte de conhecimento, possibilitando, por meio do contato com evidências culturais, processos de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural. A partir dessa perspectiva, a Vila do Ventura não é tomada como espaço de simples visitação, mas como território a ser interrogado. A questão orientadora “O que este lugar nos conta?” desloca a aula de campo da contemplação para a investigação, transformando os vestígios materiais e culturais em fontes para a produção de conhecimento.

Essa perspectiva também orienta o trabalho com as fontes históricas relacionadas à mudança da denominação de Brejinho para Dias Coelho. O confronto entre o Decreto de 1935 e a matéria do *Correio do Sertão* possibilita aos estudantes analisar autoria, data, finalidade, linguagem e informações presentes nos documentos, compreendendo que diferentes fontes podem produzir perspectivas distintas sobre um mesmo acontecimento.

Dessa forma, patrimônio e história local deixam de constituir conteúdos meramente informativos e passam a funcionar como fontes de investigação e produção de conhecimento.

A dimensão educativa desse processo articula-se à educação antirracista. A Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo a contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, a trajetória de Francisco Dias Coelho permite relacionar a legislação à realidade histórica do território vivido pelos estudantes. Gomes (2017) contribui para essa discussão ao compreender a educação antirracista como processo de transformação das práticas, dos currículos e das formas de produção e legitimação do conhecimento escolar, destacando as possibilidades de ruptura epistemológica produzidas pela implementação da Lei nº 10.639/2003.

Inserir Francisco Dias Coelho no processo educativo significa, nesse sentido, deslocar a população negra da condição de objeto da história para a condição de sujeito histórico, reconhecendo sua participação nos processos de produção de riqueza, organização política e transformação territorial da Chapada Diamantina. A articulação entre território, memória, Francisco Dias Coelho, patrimônio e educação antirracista permite compreender o pertencimento como construção relacionada ao conhecimento e ao reconhecimento das histórias que constituem o lugar.

Assim, os cinco eixos teóricos articulam-se em uma mesma perspectiva: Milton Santos permite compreender o território como espaço produzido pelas relações entre objetos e ações e a paisagem como expressão de diferentes temporalidades; Nora possibilita problematizar a permanência e a seleção das memórias no espaço; Sampaio fundamenta a interpretação da trajetória de Francisco Dias Coelho a partir das relações entre raça, economia e poder; Horta, Grunberg e Monteiro sustentam a utilização do patrimônio como fonte de conhecimento; e Gomes fundamenta a dimensão antirracista da prática educativa. A partir dessa articulação, o território deixa de ser apenas o lugar onde a experiência acontece e passa a constituir fonte, problema e objeto de conhecimento, permitindo aos estudantes investigar, confrontar fontes, reconhecer sujeitos historicamente significativos e produzir novos sentidos sobre o lugar onde vivem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

Os resultados obtidos a partir da implementação da experiência pedagógica na Escola Municipal João Henrique de Santana revelam o impacto de se trabalhar o espaço vivido sob uma abordagem qualitativa, permitindo compreender os significados, as relações e os valores construídos pelos estudantes em seu próprio contexto social. Estruturado por meio da pesquisa-ação, o percurso associou investigação e intervenção pedagógica para engajar ativamente os participantes no exame crítico de sua realidade territorial. Esse processo foi sistematizado na forma de um relato de experiência, articulando a descrição detalhada das oficinas e da aula de campo ao embasamento científico e à reflexão crítica sobre a prática docente e de gestão. Os achados empíricos foram organizados em torno do desenvolvimento de cinco momentos integrados, que proporcionaram uma transformação significativa na postura dos estudantes e na sua relação de pertencimento étnico-racial com a história regional.

No primeiro momento, voltado à aproximação territorial, o levantamento de conhecimentos prévios e o compartilhamento de memórias familiares evidenciaram que os discentes possuíam visões naturalizadas sobre o distrito e a Vila do Ventura. A introdução da pergunta geradora sobre a denominação local funcionou como um elemento de desestabilização cognitiva, mobilizando-os a questionar quais sujeitos participam da construção da memória comunitária. Essa postura investigativa consolidou-se no segundo momento, durante a aula de campo na Vila do Ventura. Orientados pela indagação *"O que este lugar nos conta?"*, os discentes realizaram registros ativos por meio de desenhos, fotografias e anotações, convertendo ruínas e marcas materiais da extração de carbonato e do garimpo em objetos de questionamento sobre as antigas relações de trabalho, circulação de riquezas e formação territorial da Chapada Diamantina.

O aprofundamento crítico deu-se no terceiro momento, focado no confronto direto de fontes primárias de 1935, especificamente o Decreto Estadual nº 9.534 e o semanário *Correio do Sertão*. Ao problematizarem elementos como autoria, finalidade de escrita, contexto político e linguagem, os alunos realizaram uma leitura crítica que revelou a transição toponímica de Brejinho para Dias Coelho como uma construção de disputa de memória, situando o Coronel Francisco Dias Coelho como sujeito negro ativo na política e economia regional. Posteriormente, no quarto momento, esse aprendizado foi ampliado interdisciplinarmente por meio da articulação entre Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Artes, o que permitiu tensionar de forma integrada as relações entre trabalho, ambiente, cultura e as relações étnico-raciais no território.

O percurso culminou no quinto momento com a sistematização e a socialização das aprendizagens em uma Mostra pedagógica destinada às famílias. As produções dos discentes que incluíram: linhas do tempo, maquetes e vídeos constituíram um importante espaço de diálogo intergeracional e de valorização da memória oral coletiva. Todo esse movimento metodológico gerou o que se caracteriza como uma ruptura epistemológica no cotidiano escolar, no qual o território deixou de ocupar a posição de mero cenário passivo para constituir-se como fonte primária, problema e objeto ativo de investigação científica escolar. Da mesma forma, os estudantes romperam com a condição de destinatários passivos de conteúdos universais e abstratos e assumiram o papel de coautores do próprio saber, investigando como a história de seu lugar foi construída, quais sujeitos foram priorizados ou silenciados e de que maneira a valorização do protagonismo de um líder negro como o Coronel Francisco Dias Coelho pode produzir novos e potentes sentidos de autoestima, pertencimento e afirmação da identidade étnico-racial

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa-ação qualitativa revelam que a experiência pedagógica desenvolvida na Escola Municipal João Henrique de Santana consolida um modelo metodológico altamente viável e potente para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 na educação básica. A principal conclusão deste estudo reside na constatação de que o território vivido, quando metodologicamente interrogado, deixa de ocupar a posição passiva de mero cenário geográfico para constituir-se como fonte primária, problema social e objeto ativo de investigação científica escolar. Os resultados práticos obtidos demonstram que a estruturação de um percurso investigativo em cinco momentos integrados partindo da aproximação cotidiana, passando pelo estudo de campo na Vila do Ventura e pela análise documental das fontes de 1935, até culminar na socialização das aprendizagens promove uma alteração qualitativa na postura dos estudantes. Ao investigarem a toponímia do distrito, a trajetória política e econômica de Francisco Dias Coelho e os vestígios materiais da Vila do Ventura, os discentes romperam com a condição de destinatários passivos de uma história oficial e eurocêntrica, assumindo o papel de coautores e produtores do conhecimento sobre o seu próprio lugar.

No campo da prospecção científica, este relato oferece uma matriz empírica replicável para outras comunidades de pesquisadores e gestores escolares que buscam

aplicar as diretrizes antirracistas nacionais a partir das particularidades de seus próprios contextos regionais. A pesquisa demonstra que a implementação qualitativa da Lei nº 10.639/2003 não depende de recursos financeiros vultosos, mas sim de uma intencionalidade pedagógica que saiba valorizar microarquivos locais como: leis municipais, jornais históricos e a tradição oral integrando-os ao currículo formal por meio de uma postura crítica de letramento histórico. Essa aplicação empírica abre caminhos para que redes de ensino do interior do Nordeste elaborem inventários patrimoniais e cartilhas de educação patrimonial que tomem o seu entorno físico e suas lideranças negras locais como categorias analíticas fundamentais de ensino, descentralizando a produção de saberes.

Não obstante os êxitos alcançados, este trabalho sinaliza a necessidade premente de novas pesquisas que aprofundem o campo de atuação da educação patrimonial étnico-racial. Revela-se promissor o desenvolvimento de investigações longitudinais voltadas a acompanhar os impactos subjetivos de médio e longo prazo que projetos baseados na memória territorial exercem sobre as trajetórias escolares, a permanência no ambiente escolar e a consolidação da identidade étnico-racial de jovens de comunidades tradicionais ou rurais. Do mesmo modo, aponta-se para a urgência de estudos focados na catalogação e digitalização de jornais de época do interior baiano, como o *Correio do Sertão*, salvaguardando o acesso a esses documentos como bens públicos indispensáveis tanto para o letramento histórico de estudantes quanto para a preservação da memória coletiva da Chapada Diamantina.

Por fim, o diálogo sistemático estabelecido ao longo deste estudo com as teorias do espaço geográfico, da memória social, do relato de experiência e da pesquisa-ação consolida a premissa de que a escola básica é um polo legítimo e ativo de produção de conhecimento científico. Conclui-se que o fortalecimento dos laços de pertencimento e a elevação da autoestima de estudantes pertencentes a grupos historicamente silenciados não ocorrem de forma espontânea, mas dependem de práticas pedagógicas intencionais que promovam uma verdadeira marcação territorial e ruptura epistemológica na educação básica

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Território; Relações Étnico-Raciais; Pesquisa-Ação; Memória.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Decreto Estadual nº 9.534, de 23 de maio de 1935. Determina oficialmente a alteração da denominação do Distrito de Paz de Brejinho para Distrito de Dias Coelho. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 24 maio 1935.

CORREIO DO SERTÃO. Brejinho passou a chamar-se "Dias Coelho" – Um acto de verdadeira justiça. **Correio do Sertão**, Morro do Chapéu, ano XIX, n. 917, 21 jul. 1935.
GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MUSSI, Alenice Aliane; FLORES, Maria Assunção; ALMEIDA, Maria Isabel de. O relato de experiência como modalidade de trabalho acadêmico: reflexões e diretrizes para sua escrita. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 752-777, abr./jun. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. **Francisco Dias Coelho, o primeiro coronel negro da Bahia**: educação patrimonial, território e construção do pertencimento no distrito de Dias Coelho. Salvador: UFBA, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.